



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental**

Parecer nº 122/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0020090/2021-70

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (RAS) nº 122/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021				
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI nº 1370.01.0020090/2021-70: 28184285				
PA COPAM Nº: 1279/2021		SITUAÇÃO: pelo Indeferimento		
EMPREENDEDOR:	Extrativa 3.l Eireli		CNPJ:	06.324.568/0001-44
EMPREENDIMENTO:	Extrativa 3.l		CNPJ:	06.324.568/0001-44
MUNICÍPIO(S):	Bom Jesus da Penha		ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): 23k	LAT/Y: 21°2'13.5"S		LONG/X: 46°34'20.4"W	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• inserido na Reserva da Biosfera				
CÓDIGO:	PARAMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	produção bruta de 9.000 m³/ano	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil		
		DEMAIS ATIVIDADES DO		

CÓDIGO	PARAMETRO:	EMPREENHIMENTO (DN COPAM 217/17):	2	1
A-03-02-6	produção bruta de 4.000 t/ano	Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:		
Geóloga Andreza Maura Tessari		ART nº MG20210042878		
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA	
Cátia Villas-Bôas Paiva - Gestora Ambiental		1.364.293-9		
De acordo: Renata Fabiane Alves Dutra - Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.372.419-0		



Documento assinado eletronicamente por **Cátia Villas Boas Paiva, Servidor(a) Público(a)**, em 16/04/2021, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiane Alves Dutra, Diretor(a)**, em 16/04/2021, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28183725** e o código CRC **068862E5**.

Referência: Processo nº 1370.01.0020090/2021-70

SEI nº 28183725



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

O empreendimento Extrativa 3.I, de CNPJ 06.324.568/0001-44, pretende atuar na atividade de extração de areia e argila, na poligonal minerária nº 831.459/2020, localizada no município de Bom Jesus da Penha, com referência as coordenadas geográficas: 21°2'13.5"S, 46°34'20.4"W.

Não há registro de licenças ambientais anteriores, portanto a fase é de projeto. O empreendimento formalizou processo nº 1279/2021 no Sistema de Licenciamento Ambiental em 16/03/2021 para as atividades segundo a DN 217/17 "A-03-01-8 – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" para produção bruta de 9.000 m³/ano e "A-03-02-6 – Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha" para produção bruta de 4.000 t/ano; ambas atividades de porte pequeno e potencial poluidor/degradador geral médio; portanto, classe 2. O empreendimento está localizado em Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que possui incidência de critério locacional fator 1. A modalidade da análise é em única etapa de Licenciamento Ambiental Simplificado com Relatório Ambiental Simplificado- LAS/ RAS. Foi apresentado Cadastro Técnico Federal – CTF nº 7796173 para atividade Lavra a céu aberto, inclusive aluvião, com ou sem beneficiamento, emitida em 11/02/2021. Foi dada publicidade do requerimento desta licença no Diário do Executivo no dia 17/03/2021. Foi apresentada Certidão Simplificada de Micro empresa emitida em 21/01/2021. Foi apresentada Certidão Municipal de Regularidade da atividade quanto ao uso e ocupação do solo emitida em 20/01/2021, pela prefeitura Municipal de Bom Jesus da Penha.

Os estudos deste parecer foram elaborados pela Geóloga Andreza Maura Tessari, sob Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº MG20210042878 e, não foram suficientes para atestar a viabilidade do empreendimento, sendo discorrido no decorrer do parecer os principais pontos.

Em consulta a plataforma da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema) foi confirmado a localização do município. Ainda, observa-se que o empreendimento está localizado em área de médio potencial de ocorrência de cavidades e inserido na zona de Transição da Reserva da Biosfera, como mostra abaixo:

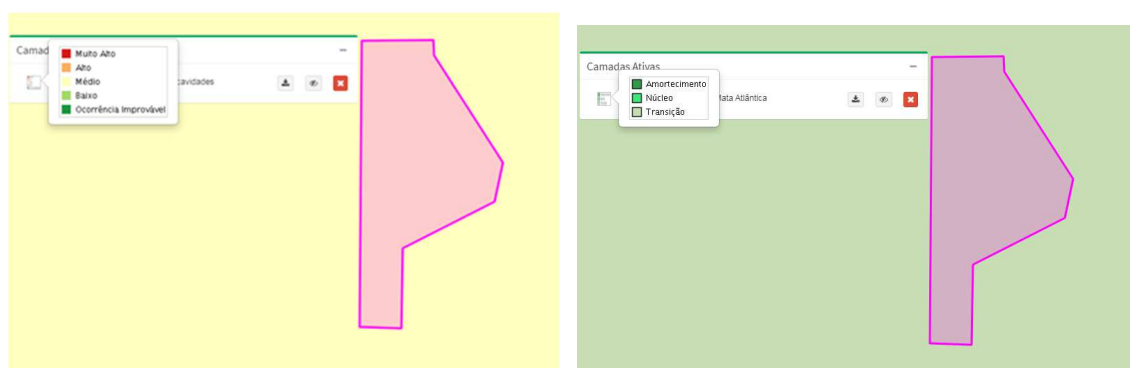


Imagem 1 – Localização do empreendimento em relação a camadas de restrição IDE-Sisema.

Segundo a Instrução de Serviço- IS 08/2017: "Os empreendimentos potencialmente causadores de impactos negativos reversíveis ou irreversíveis sobre o patrimônio espeleológico, que estejam situados em área de grau de potencialidade de ocorrência "Médio", "Baixo" ou "Improvável" de cavidades naturais subterrâneas, segundo dados oficiais do CECAV-ICMBio, deverão apresentar, na formalização do processo de licenciamento, os estudos ambientais espeleológicos".



Não foi apresentado prospecção espeleológica. Na mesma IS também é prevista a dispensa dos estudos espeleológicos mediante justificativa fundamentada; considerando, dentre outros aspectos, a inter-relação entre as características próprias do empreendimento, o meio em que ele se insere, a possibilidade de geração de impactos em áreas mais ou menos extensas, a existência de fatores externos ao empreendimento que impeçam a propagação de impactos. Porém nenhum documento foi apresentado para atestar a dispensa.

Foi apresentado o Estudo da Reserva da Biosfera -RB. Porém não houve preenchimento do campo que trata das questões específicas da RB, para atestar interferência ou não do empreendimento. É de suma importância que seja realizado o estudo específico, visto que o empreendimento está inserido no zoneamento de transição da RB.

O RAS não abordou a atividade A-03-02-6, não tratou a argila como produto mineral, somente a areia. Não foi possível identificar se o método produtivo, impactos e medidas de controle propostas abrangeram todas as atividades.

Foi apresentada três matrículas para comprovação de propriedade da área do empreendimento, registradas sob nº 4.238 e nº 4.024, na Comarca de Nova Resende, localizadas no município de Bom Jesus da Penha e; outra, registrada sob nº 64.025 na Comarca de Lavras, localizada no município de Lavras; ambas em nome de terceiros. Foi apresentada anuência referente ao proprietário das duas primeiras matrículas supracitadas.

Não foi possível identificar se o empreendimento fará intervenção no município de Lavras.

Foi apresentado recibo do Cadastro Ambiental Rural – CAR nº MG-3107604-248E562E2E1448B0BD36ED8B1EA14ECD referente a uma das matrículas, nº 4.024. Em consulta ao Sicar foi possível verificar que a matrícula nº 4.238 possui recibo de CAR e está delimitado contíguo a matrícula nº 4.024. Como se trata de mesmo proprietário, ambas devem ser unificadas num único recibo.

A área total do empreendimento foi declarada em 52 ha, área de lavra de 28 ha, área diretamente afetada – ADA foi definida como 0,6 ha e área construída com 0,05 ha.

No FCE foi apresentado por meio de polígono de 26 ha a área onde ocorrerá o desenvolvimento das atividades passíveis de licenciamento ambiental, área esta, diferente da ADA declarada.

Não foi apresentada planta topográfica contendo poligonal da ANM, a área do empreendimento, as áreas de lavra, infraestrutura do empreendimento, acessos, rede hidrográfica local e do entorno do empreendimento, incluindo nascentes, Área de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente-APP, dentre outros aspectos ambientais relevantes.

Foi apresentada uma foto retirada da imagem de satélite Google Earth, contendo uma poligonal circular como frente de lavra, porém não possui mensuração da área e nenhuma indicação de uso de solo.

Foi realizada uma comparação entre a poligonal que representa a área onde ocorrerá a atividade do empreendimento (FCE) e as poligonais das propriedades nº 4.024 e nº 4.238 disponível no Sicar com a foto que contempla a área de lavra. Foi possível observar que, a área delimitada pelo empreendimento vai além dos limites das propriedades nº 4.024 e nº 4.238; a área marcada como lavra está completamente fora dos limites das propriedades; a área de reserva legal e APP estão delimitadas no



interior da área do empreendimento e; na área da lavra passam linhas de drenagem, configurando em APP, conforme abaixo:

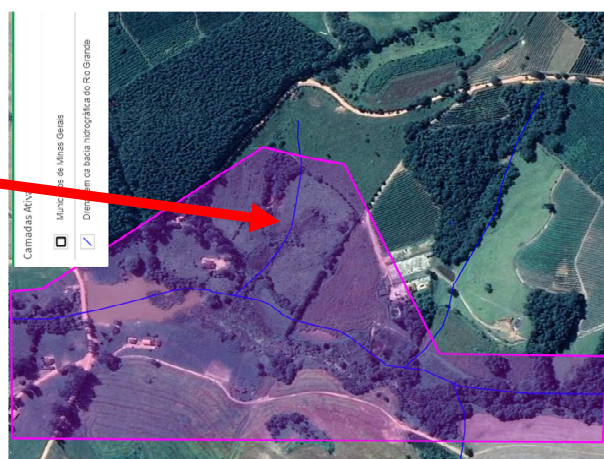
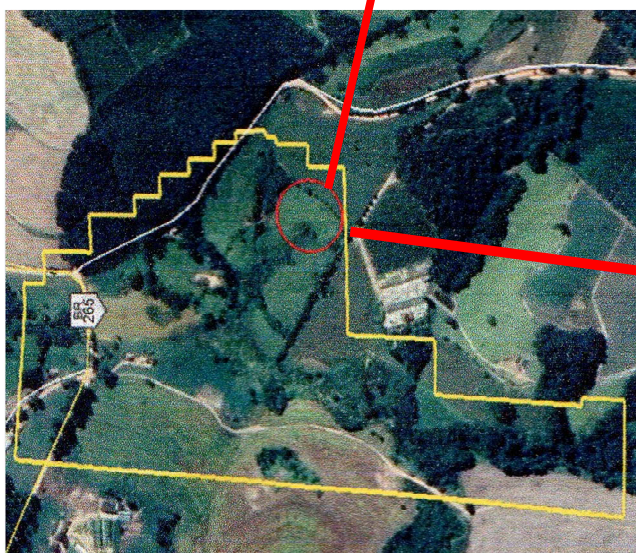
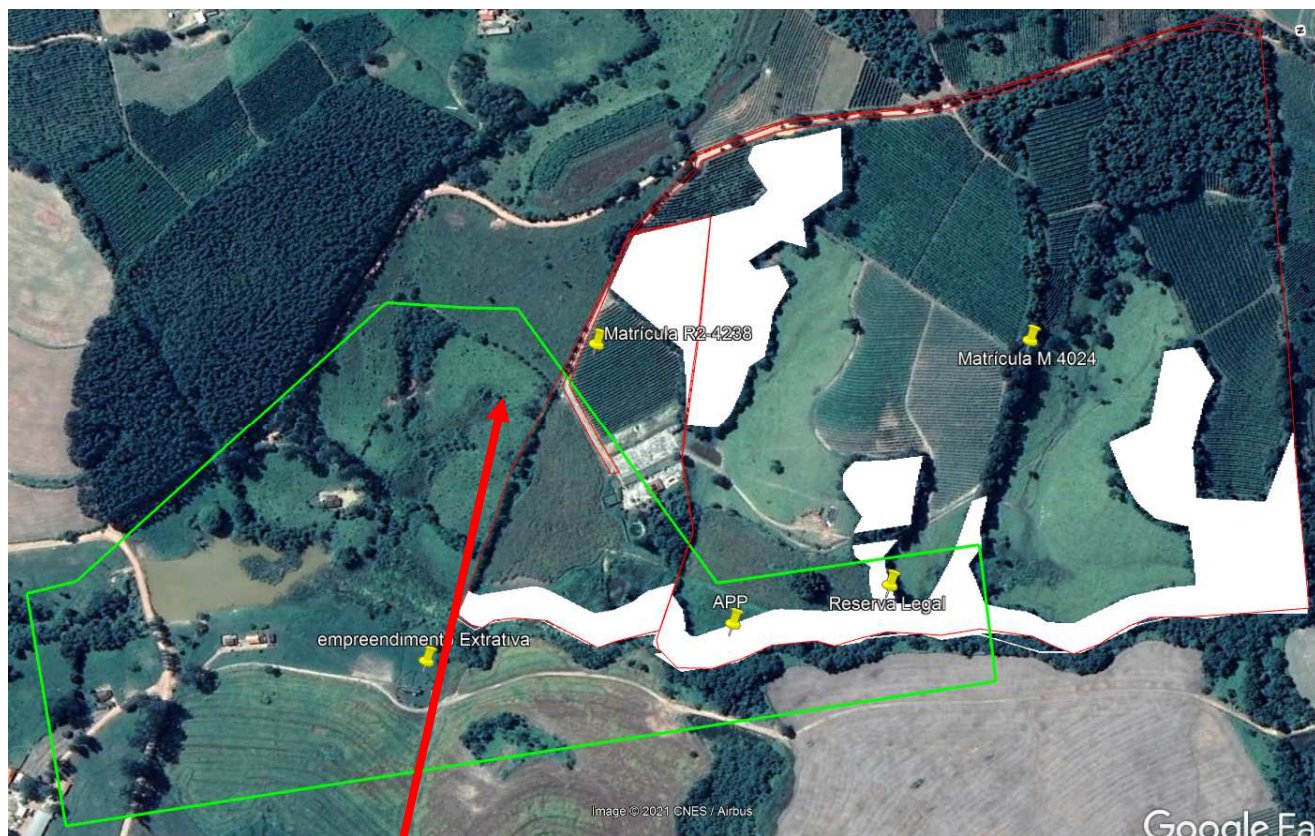


Imagem 2 – Em verde a poligonal do empreendimento apresentada no FCE; em vermelho as poligonais das propriedades no Sicar; em branco as áreas de reserva legal e APP no Sicar. Abaixo, a foto apresentada no RAS, identificando a área da lavra em vermelho e; ao lado, a imagem IDE-Sisema com



a poligonal apresentada do FCE e as camadas de linhas de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Grande em azul e limite municipal. As setas indicam a localização da área de lavra.

Pelas imagens, a área de lavra está localizada na APP. É de suma importância a apresentação da planta topográfica com a identificação da ADA e uso do solo, para atestar se a localização da mesma se encontra ou não em APP ou reserva legal. Caso seja necessário intervenção ambiental, o empreendimento deverá buscar Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental- DAIA.

Foi informado que haveria aberturas de estradas de forma que o caminhão chegue à plataforma para carregamento, sendo utilizados somente as estradas que foram determinadas para este fim. Não foi possível identificar a localização destas estradas, se haverá abertura para novas estradas, se estão em APP e reserva legal.

O método produtivo seria por desmonte mecânico, em lavra por bancadas a céu aberto, sem beneficiamento, sem uso de água. Mas há informação de que ocorre recirculação de 95%. Não foi possível identificar a procedência do reuso.

Os equipamentos utilizados na atividade foram declarados em dois caminhões, uma escavadeira e uma pá carregadeira. De insumos haveria consumo de diesel sem acondicionamento ou armazenamento no empreendimento. Porém, na descrição de medidas de mitigação e controle, foi informado que para armazenamento de combustível seria utilizado depósito fora da APP. Não foi possível identificar se ocorrerá ou não armazenamento de produto perigoso no empreendimento. É de suma importância saber se ocorrerá armazenamento de combustível no empreendimento, que estejam claras as medidas de controle no depósito, para que seja atestada a viabilidade ambiental do empreendimento.

Foi informado um total de três funcionários e que haverá uma área de apoio.

Na caracterização dos efluentes líquidos, foram previstos a geração de 40l/dia. O sistema de tratamento informado foi o Sumidouro. Porém, sumidouro não faz tratamento de efluente, é a disposição final do efluente pós tratamento. É de suma importância o dimensionamento de um sistema de tratamento de efluente sanitário como medida de controle para não causar impacto ambiental, como poluição do solo ou do aquífero. Não foi informada a coordenada do lançamento do efluente sanitário tratado.

Não foi previsto nenhum resíduo sólido gerado no Módulo 5 do RAS- item 5.6. Porém, foi declarado que a recuperação na lavra é de 98%; sendo, 2% algum tipo de resíduo, que não foi definido. Na descrição de medidas de mitigação e de controle, foi informado que o lixo produzido na extração deverá ser classificado e acondicionado temporariamente em tambores, sendo transportado para o depósito de lixo da cidade de Poços de Caldas. É de suma importância a identificação dos resíduos que serão gerados e forma de disposição dos mesmos na área do empreendimento, para atestar as medidas de controle e mitigação na viabilidade ambiental.

Outra informação que consta no RAS é que as águas que virão junto com a areia, na hora do carregamento do caminhão, após sua drenagem deverão ser devolvidas ao Rio de forma ecologicamente correta, sendo feita uma plataforma de carregamento, sendo esta uma estrutura feita de pedra e cimento em sentido de rampa, para que a água ao retornar desça de forma suave e não causar erosão nas margens do Rio. Porém, o método produtivo descrito foi de lavra em bancadas, que não utiliza e não gera água. Não foi identificado uso de água no processo produtivo e muito menos devolução de água para o rio; que obrigatoriamente, exige medida de controle como sistema de



decantação, para evitar impacto de turbidez e lançamento de sólidos sedimentáveis ao curso d'água. Não foi identificada atividade de retorno de água ao rio no RAS e nem dimensionado de sistema de controle. Além disso, configura intervenção em APP, sendo exigido previamente apresentação de DAIA.

Diante da ausência e inconsistência de informações, a análise do pedido de LAS não foi possível de ser concluída por insuficiência técnica.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o **indeferimento** da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **Extrativa 3.I** para as atividades "A-03-01-8 – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" e "A-03-02-6 – Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha", no município de "Bom Jesus da Penha", pela insuficiência técnica das informações apresentadas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente - Supram Sul de Minas

Data 15/04/2021
Pág. 2 de 6